

Estrutural na fila

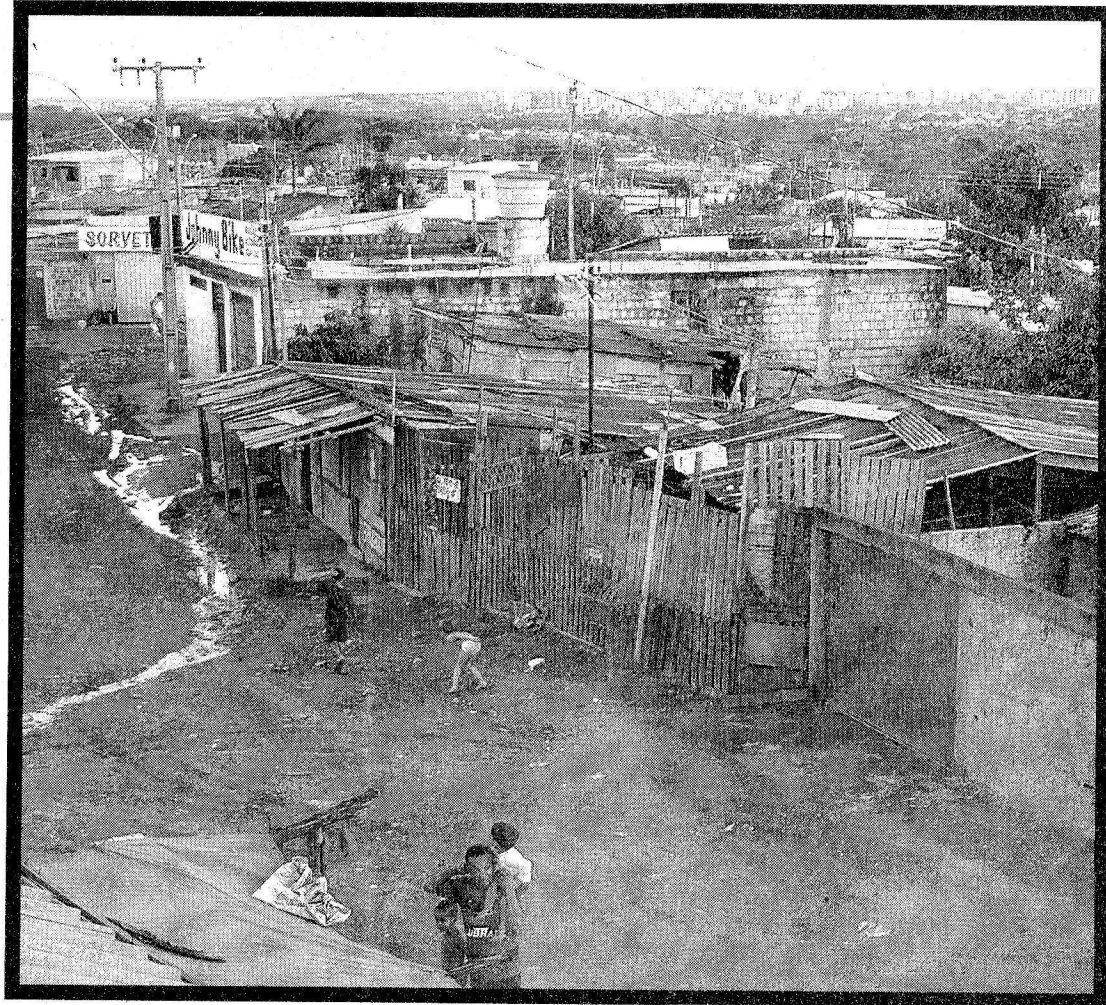
A Defensoria Pública da União entrou no processo de regularização de condomínios em terras do governo federal. Os defensores vão atuar para garantir os direitos dos moradores. O Itapoã será a primeira área beneficiada pelo programa. Em parceria com o Governo do Distrito Federal, a defensoria também vai fazer levantamentos da situação das terras da União que se transformaram em loteamentos irregulares ou invasões.

Outra área de baixa renda que pode ser beneficiada em breve é a Vila Estrutural. A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público promoveu uma reunião na última segunda-feira para debater o licenciamento ambiental da ocupação. Dentro de 10 dias, o grupo de trabalho designado para discutir o assunto terá que entregar um levantamento com pendências no processo ao MPDF. O grupo é formado por integrantes do Instituto Nacional de Meio Ambiente e Re-

ursos Naturais Renováveis (Ibama), Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb), Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e da Floresta Nacional de Brasília.

Em agosto de 2006, o Ibama aprovou o estudo e relatório de impacto ambiental (Eia-Rima) da Estrutural. Entre as exigências que ainda precisam ser cumpridas está a desativação do lixão, a criação de uma zona de amortecimento entre a cidade e o Parque Nacional e a criação de vias paralelas ao setor. "Há ainda algumas pendências, como um melhor detalhamento do trabalho de monitoramento do chorume", explica o superintendente do Ibama, Francisco Palhares.

Na última segunda-feira, moradores da Estrutural fecharam entradas do lugar em protesto para cobrar mais infra-estrutura e investimentos na região. Mas o governo não pode construir benfeitorias na área antes do processo de licenciamento ambiental. (HM)



UM RELATÓRIO SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA VILA ESTRUTURAL DEVE SER ENVIADO AO MP EM 10 DIAS